

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos milhares de Reais)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Ativo	Nota	Controladora	Consolidado	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
		2022	2022		2022	2022	2022	2022	2022	2022	
Circulante		313.696	386.753.290								
Caixa e equivalentes de caixa	4	309.696	14.618.695				25	25.006.913			
Contas a receber	5		337.719.846				25	(153)	(22.469.296)		
Outros valores a receber	6		14.890.895					(153)	2.537.617		
Estoques	7		10.524.879				26	(6.187.238)			
Instrumentos financeiros	8		936.384					(2.040.334)			
Trib. e contribuições a compensar	9		3.268.996								
Adiantamentos a fornecedores	10		3.492.167								
Partes relacionadas	11	4.000	1.138.000								
Despesas pagas antecipadas			144.488								
Outros créditos			18.940								
Não circulante		108.354.232	4.591.405								
Outros valores a receber			3.917.325								
Aplicações financeiras			100.000								
Investimentos		108.354.232	12.857								
Imobilizado	12		561.223								
Intangível											
Total do ativo		108.667.928	391.344.696								
Passivo e patrimônio líquido											
Circulante			-273.737.190								
Obrigações trabalhistas	14		309.087								
Obrigações fiscais	15		3.898.422								
Empréstimos e financiamentos	16		25.706.923								
Instrumentos financeiros	8		127.486								
Fornecedores	13		234.016.599								
Adiantamentos de clientes	17		2.444.975								
Partes relacionadas	11										
Outras obrigações	19		7.233.697								
Passivo não circulante			-2.598.703								
Outras obrigações			1.869.536								
Empréstimos, financiamentos e encargos			729.167								
Patrimônio líquido	20	108.667.928	115.008.803								
Capital social	20.1	100.000	100.000								
Reservas de incentivos fiscais	20.4		73.536.295								
Reserva Legal	20.3	20.000	20.000								
Resultados acumulados	20.2	108.667.928	35.011.633								
		108.667.928	108.667.928								
Participação dos não controladores			6.340.875								
Total do passivo e do PL		108.667.928	391.344.696								
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS											
1. Contexto operacional. A Agri Participações S.A. ("Companhia" ou "Grupo Agriconnection"), com sede na cidade de Campo Verde/MT, constituída em 01/03/2022, tendo por objeto social a atividade de Holdings de instituições não financeiras. Em 31/12/2022, a Companhia e suas investidas ("Grupo Agriconnections") tem as seguintes principais atividades: a) Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos; b) Comércio atacadista, importação e exportação de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; c) Comércio atacadista, importação e exportação de mercadorias diversas, com predominância de insumos agropecuários; d) Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; e) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios diversos, exceto imobiliários; f) Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias; g) Gestão de ativos intangíveis não financeiros. O Grupo Agriconnection atuou no ano de 2020 como terceirização da força de vendas de algumas multinacionais de defensivos agrícolas (produtos pós patentes) como: Sipcam Nichino Brasil S.A, Cropchem Ltda. e Indofil Industries do Brasil Ltda, entre outras, atuando nos estados de Mato Grosso, Pará, Mato Grosso do Sul e Rondônia. As receitas do Grupo Agriconnection decorrem da prestação de serviços de terceirização da força de venda conforme citado acima, por percentual de comissões de cada venda efetivada. Em 19/10/2020 foi aberta a Agriconnection Importadora e Exportadora de Fertilizantes Ltda, sediada em Campo Verde-MT tendo como objetivo social as seguintes atividades: Comércio atacadista, importação e exportação de defensivos, agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo. Esta tem como objetivo implantar a comercialização direta de insumos agrícolas pós patentes nas demais regiões do Brasil, na qual iniciou-se a sua operação no exercício 2021. Em 23/09/2020 foi aberta a Agriconnection Centro Norte Ltda, sediada em Campo Verde -MT tendo como objetivo social a prestação de serviços de terceirização de força de vendas de algumas multinacionais de defensivos agrícolas (produtos pós patentes) como: Sipcam Nichino Brasil S.A, Cropchem Ltda. e Indofil Industries do Brasil Ltda, entre outras, atuando nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Em 28/06/2021 foi aberta a Gasp e Mata Agropecuária Ltda. com sede em Cuiabá-MT tendo como objetivo social Comércio atacadista, importação e exportação de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo e o Cultivo de Soja. Os sócios entendem que o Grupo Agriconnection tem como objetivo a importação de produtos agrícolas pós patentes para o mercado brasileiro e prestar serviços de terceirização da força de vendas de alguns parceiros (indústrias químicas de pós patente). No ano de 2022 o Grupo Agriconnection realizou operações comerciais com o mercado no valor de R\$ 1.415.896.796 sendo R\$ 754.517.769 com as operações comerciais efetuadas por suas empresas (receita operacional líquida) e o valor de R\$ 661.379.028 com as operações comerciais efetuadas pela terceirização da força de vendas de empresas parceiras (Vendas agenciadas) conforme quadro abaixo.											
		Consolidado	2022								
Receita Operacional Líquida		754.517.768	155.952.427								
Vendas Agenciadas		661.379.028	488.937.702								
Receita com Clientes		1.415.896.796	644.890.129								
% de Receita agenciada		46,71%	75,82%								
A empresa Agriconnection Essentials Ltda. foi criada em dezembro de 2021, mas se tornou operacional em 2022, assim não participou da consolidação das demonstrações contábeis findos em 31/12/2021. No exercício 2022, foram criadas as empresas Agriconnection Sul Ltda. e Agriconnection Sudeste, porém as mesmas não estão operacionais neste exercício, na qual iniciaram suas operações no exercício subsequente, ou seja, em 2023, com o objetivo de desenvolver e atuar nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O Grupo Agriconnection pretende em 2023 fortalecer a operação de importação de produtos agrícolas pós patentes e se posicionar no mercado como uma empresa de insumos agrícolas pós patentes acessando o mercado brasileiro além de fortalecer o trabalho de prestação de serviços de forças de vendas para seus parceiros. 2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem as utilizadas em sua gestão. A emissão do relatório das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Diretoria da Companhia em 24/03/2023. 2.1. Base de mensuração das demonstrações contábeis individuais. As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.											
		Consolidado	2022								
Receita Operacional Líquida		754.517.768	155.952.427								
Vendas Agenciadas		661.379.028	488.937.702								
Receita com Clientes		1.415.896.796	644.890.129								
% de Receita agenciada		46,71%	75,82%								
A empresa Agriconnection Essentials Ltda. foi criada em dezembro de 2021, mas se tornou operacional em 2022, assim não participou da consolidação das demonstrações contábeis findos em 31/12/2021. No exercício 2022, foram criadas as empresas Agriconnection Sul Ltda. e Agriconnection Sudeste, porém as mesmas não estão operacionais neste exercício, na qual iniciaram suas operações no exercício subsequente, ou seja, em 2023, com o objetivo de desenvolver e atuar nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O Grupo Agriconnection pretende em 2023 fortalecer a operação de importação de produtos agrícolas pós patentes e se posicionar no mercado como uma empresa de insumos agrícolas pós patentes acessando o mercado brasileiro além de fortalecer o trabalho de prestação de serviços de forças de vendas para seus parceiros. 2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem as utilizadas em sua gestão. A emissão do relatório das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Diretoria da Companhia em 24/03/2023. 2.1. Base de mensuração das demonstrações contábeis individuais. As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.											
		Consolidado	2022								
Receita Operacional Líquida		754.517.768	155.952.427								
Vendas Agenciadas		661.379.028	488.937.702								
Receita com Clientes		1.415.896.796	644.890.129								
% de Receita agenciada		46,71%	75,82%								
A empresa Agriconnection Essentials Ltda. foi criada em dezembro de 2021, mas se tornou operacional em 2022, assim não participou da consolidação das demonstrações contábeis findos em 31/12/2021. No exercício 2022, foram criadas as empresas Agriconnection Sul Ltda. e Agriconnection Sudeste, porém as mesmas não estão operacionais neste exercício, na qual iniciaram suas operações no exercício subsequente, ou seja, em 2023, com o objetivo de desenvolver e atuar nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O Grupo Agriconnection pretende em 2023 fortalecer a operação de importação de produtos agrícolas pós patentes e se posicionar no mercado como uma empresa de insumos agrícolas pós patentes acessando o mercado brasileiro além de fortalecer o trabalho de prestação de serviços de forças de vendas para seus parceiros. 2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem as utilizadas em sua gestão. A emissão do relatório das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Diretoria da Companhia em 24/03/2023. 2.1. Base de mensuração das demonstrações contábeis individuais. As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.											
		Consolidado	2022								
Receita Operacional Líquida		754.517.768	155.952.427								
Vendas Agenciadas		661.379.028	488.937.702								
Receita com Clientes		1.415.896.796	644.890.129								
% de Receita agenciada		46,71%	75,82%								
A empresa Agriconnection Essentials Ltda. foi criada em dezembro de 2021, mas se tornou operacional em 2022, assim não participou da consolidação das demonstrações contábeis findos em 31/12/2021. No exercício 2022, foram criadas as empresas Agriconnection Sul Ltda. e Agriconnection Sudeste, porém as mesmas não estão operacionais neste exercício, na qual iniciaram suas operações no exercício subsequente, ou seja, em 2023, com o objetivo de desenvolver e atuar nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O Grupo Agriconnection pretende em 2023 fortalecer a operação de importação de produtos agrícolas pós patentes e se posicionar no mercado como uma empresa de insumos agrícolas pós patentes acessando o mercado brasileiro além de fortalecer o trabalho de prestação de serviços de forças de vendas para seus parceiros. 2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem as utilizadas em sua gestão. A emissão do relatório das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Diretoria da Companhia em 24/03/2023. 2.1. Base de mensuração das demonstrações contábeis individuais. As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.											
		Consolidado	2022								
Receita Operacional Líquida		754.517.768	155.952.427								
Vendas Agenciadas		661.379.028	488.937.702								
Receita com Clientes		1.415.896.796	644.890.129								
% de Receita agenciada		46,71%	75,82%								
A empresa Agriconnection Essentials Ltda. foi criada em dezembro de 2021, mas se tornou operacional em 2022, assim não participou da consolidação das demonstrações contábeis findos em 31/12/2021. No exercício 2022, foram criadas as empresas Agriconnection Sul Ltda. e Agriconnection Sudeste, porém as mesmas não estão operacionais neste exercício, na qual iniciaram suas operações no exercício subsequente, ou seja, em 2023, com o objetivo de desenvolver e atuar nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O Grupo Agriconnection pretende em 2023 fortalecer a operação de importação de produtos agrícolas pós patentes e se posicionar no mercado como uma empresa de insumos agrícolas pós patentes acessando o mercado brasileiro além de fortalecer o trabalho de prestação de serviços de forças de vendas para seus parceiros. 2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem as utilizadas em sua gestão. A emissão do relatório das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Diretoria da Companhia em 24/03/2023. 2.1. Base de mensuração das demonstrações contábeis individuais. As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.											
		Consolidado	2022								
Receita Operacional Líquida		754.517.768	155.952.427								
Vendas Agenciadas		661.379.028	488.937.702								
Receita com Clientes		1.415.896.796	644.890.129								
% de Receita agenciada		46,71%	75,82%								
A empresa Agriconnection Essentials Ltda. foi criada em dezembro de 2021, mas se tornou operacional em 2022, assim não participou da consolidação das demonstrações contábeis findos em 31/12/2021. No exercício 2022, foram criadas as empresas Agriconnection Sul Ltda. e Agriconnection Sudeste, porém as mesmas não estão operacionais neste exercício, na qual iniciaram suas operações no exercício subsequente, ou seja, em 2023, com o objetivo de desenvolver e atuar nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O Grupo Agriconnection pretende em 2023 fortalecer a operação de importação de produtos agrícolas pós patentes e se posicionar no mercado como uma empresa de insumos agrícolas pós patentes acessando o mercado brasileiro além de fortalecer o trabalho de prestação de serviços de forças de vendas para seus parceiros. 2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem as utilizadas em sua gestão. A emissão do relatório das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Diretoria da Companhia em 24/03/2023. 2.1. Base de mensuração das demonstrações contábeis individuais. As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contá											

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/10/2024

continuação	
Outras receitas e despesas operacionais	Consolidado
Prov. Comissões a receber	2022
1/12 avos de comissões a receber	14.890.895
bonificações emitidas	3.917.325
Baixa de estoque por perda/avaria	(7.050)
	(4.795)
	19.300.471
24. Resultado financeiro líquido	Consolidado
Juros Ativos	2022
Juros s/ Aplic. Financ	287.996
Descontos Obtidos	960.511
Variação Cambial Ativa	1.730.143
Receitas financeiras	3.817.497
Juros Passivos	6.796.147
Descontos Concedidos	(311.196)
AVP de Contratos Aluguel	(2.298.371)
Juros s/Op.Financeira	(1.789)
Despesas financeiras	(1.647.174)
	(4.258.530)
	2.537.617
25. IRPJ e CSLL	Consolidado
IRPJ	2022
CSLL	4.434.819
IRPJ Diferido	1.752.419
CSLL Diferido	1.498.658
	541.677
	8.227.573
Conciliação de IRPJ e CSLL Sobre o Lucro:	
Resultado do período antes dos impostos	Consolidado
Aliquota nominal	119.912.176
Despesa com imposto à aliquota nominal	34%
Ajuste do IRPJ e CSLL	40.770.140
Adições Permanentes	-
Exclusões Permanentes	73.536.295
Base de Calculo do Impostos	46.375.881
Imposto diferido	2.040.334
Imposto corrente	6.187.238
Aliquota efetiva	17.74%
a) Diferido: Corresponde à contrapartida fiscal da realização dos tributos incidentes sobre o ajuste de avaliação patrimonial decorrente do custo atribuído adotado pela Administração para avaliação de parte de seu imobilizado (edificações) quando da adoção inicial dos CPCs. As realizações são efetuadas proporcionalmente à depreciação e/ou alienação dos bens reavaliados diretamente nos lucros acumulados. Após a apuração do resultado os valores são transferidos de lucros acumulados a rubrica correspondente no patrimônio líquido.	26. Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis. Em 2020, vários países, incluindo todos os estados do Brasil em que temos operações, instituíram medidas de isolamento social para combater a pandemia da Covid-19. O Grupo Agriconnection implementou um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de seus funcionários, além de garantir a continuidade e segurança nos serviços prestados. A seguir listamos as principais recomendações da OMS e que foram adotadas e vem sendo seguidas como medida de segurança por todos os colaboradores do Grupo Agriconnection: • Uso obrigatório de máscara de proteção facial (boca e nariz) em ruas, espaços privados de acesso público e nas demais situações de deslocamento, enquanto durar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19; • Lavar as mãos frequentemente com água e sabão; • Ter ao alcance sanitizantes (álcool 70% ou outros adequados para manutenção da higienização pessoal); • Cobrir a boca com o antebraço quando tossir ou espirrar, sendo que o mais correto é utilizar lenço descartável e, após tossir/espirrar, jogar no lixo e lave as mãos com água e sabão; • Adotar o home office como meio de distanciamento social e prevenção de contágio do vírus; • Evitar utilizar os serviços essenciais aglomerado com outras pessoas ou em horário de pico; • Adotou e intensificou reuniões por meio de videoconferência (Skype, Google Meeting, Zoom, Microsoft Teams) para o atendimento de seus clientes e continuidade de suas atividades; • Seguiu os planos de contingência recomendados pelas autoridades locais (Estadual e Municipal), o que permitiu resguardar os grupos vulneráveis, mitigando a transmissão Com base nas informações disponíveis a Administração entende que não houve impactos relevantes nas atividades do Grupo Agriconnection. A Administração permanecerá monitorando e mensurando os impactos decorrentes da pandemia, visando avaliar eventuais efeitos
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	
normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza	
econômico-financeiros que possam impactar as condições financeiras e patrimoniais além de comprometer a continuidade do negócio. 27. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária. Em 08/02/2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31/12/2022. 28. Eventos subsequentes. A Administração do Grupo Agriconnection entende que não há riscos inerentes a operações fiscais, trabalhistas e outras para efetuar provisão de contingências nos resultados de 2022.	
DIRETORIA	
Flavio Dalcin Mata - CEO	
Rogério Coimbra Souza Cirilo - Contador - CRC MT-017937/O-8	
relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.	
Cuiabá, 24/03/2023.	
BDO RCS Auditores Associados Ltda. CRC 2 SP 015165/O-8 Francisco de Paula dos Reis Júnior Contador CRC 1 SP 139268/O-6 – S - MT	
	

Aos Quotistas e Administradores da **Agri Participações S.A.** Campo Verde – MT. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Agri Participações S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Agri Participações S.A.** em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência

de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza

relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 24/03/2023.

BDO RCS
Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/O-8
Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador
CRC 1 SP 139268/O-6 – S - MT



Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/10/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Agri Participações S.A.																	
CNPJ nº 47.008.838/0001-95																	
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em R\$)																	
BALANÇOS PATRIMONIAIS						DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Capital Social	Reserva legal	Reservas de incentivos		Lucros (prejuízos)		Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido				
		2023	2022	2023	2022			fiscais	acumulados	Total							
Circulante		303.842	313.696	461.631.052	386.753.290				280.329	280.329	5.697.516	5.977.845					
Caixa e equivalentes de caixa	5	303.830	309.696	40.733.068	14.618.695	100.000	-	-	-	100.000	(106.001)	(6.001)					
Contas a receber	6	-	-	270.268.600	337.719.846	-	-	-	108.287.599	108.287.599	3.396.751	111.684.350					
Outros valores a receber	7	-	-	16.555.258	14.890.895	-	-	-	-	-	(2.647.391)	(2.647.391)					
Estoques	8	-	-	122.390.456	10.524.879	-	-	-	-	-	-	-					
Instrumentos financeiros	9	-	-	-	936.384	-	-	20.000	-	(20.000)	-	-					
Tributos e contribuições a compensar	10	12	-	4.549.383	3.268.996	-	-	73.536.295	(73.536.295)	-	-	-					
Adiantamentos a fornecedores	11	-	-	5.625.108	3.492.167	-	-	73.536.295	35.011.633	108.667.928	6.340.875	115.008.803					
Partes relacionadas	12	-	4.000	1.502.807	1.138.000	-	-	(68.000.000)	68.000.000	-	70.000	70.000					
Despesas pagas antecipadas	-	-	-	-	144.488	-	-	-	54.805.791	54.805.791	2.617.461	57.423.252					
Outros créditos	-	-	-	6.371	18.940	-	-	-	(18.147.291)	(18.147.291)	(3.226.769)	(21.374.060)					
Não circulante		152.595.737	108.354.232	16.987.071	4.591.405	100.000	20.000	(3.137.877)	3.137.877	-	-	-					
Outros valores a receber	-	-	-	3.917.325	3.917.325	-	-	42.667.069	(42.667.069)	-	-	-					
Aplicações financeiras	-	-	-	-	100.000	-	-	45.065.487	100.140.941	145.326.428	5.801.567	151.127.995					
Investimentos	13	152.595.737	108.354.232	10.321.174	12.857	-	-	-	-	-	-	-					
Imobilizado	14	-	-	1.417.004	561.223	-	-	-	-	-	-	-					
Intangível	15	-	-	1.164.172	-	-	-	-	-	-	-	-					
Despesas pagas antecipadas	-	-	-	167.397	-	-	-	-	-	-	-	-					
Total do ativo		152.899.579	108.667.928	478.618.124	391.344.696												
Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS											
		2023	2022	2023	2022	Notas	2023	2022	2023	2022							
Circulante		6.178.550	-	317.953.924	273.737.190												
Obrigações trabalhistas	17	-	-	1.961.334	309.087												
Obrigações fiscais	18	7	-	6.136.045	3.898.422												
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	33.096.953	25.706.923												
Instrumentos financeiros	9	-	-	2.541.060	127.486												
Fornecedores	16	-	-	248.391.512	234.016.599												
Adiantamentos de clientes	20	-	-	8.641.132	2.444.975												
Partes relacionadas	12	6.178.543	-	6.178.543	-												
Outras obrigações	22	-	-	11.007.346	7.233.697												
Passivo não circulante		-	-	9.536.205	2.598.703												
Outras obrigações	22	-	-	1.869.536	1.869.536												
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	7.666.669	729.167												
Patrimônio líquido		146.721.029	108.667.928	151.127.995	115.008.803												
Capital social	23.1	100.000	100.000	100.000	100.000												
Reservas de incentivos fiscais	23.4	-	-	45.065.487	73.536.295	1.394.600	-	1.394.600	-	-	-	-					
Reserva Legal	23.3	20.000	20.000	20.000	20.000	53.416.905	74.517.840	-	-	-	-	-					
Resultados acumulados	-	146.601.029	108.547.928	100.140.942	35.011.633	27	-	(2.971.643)	19.300.471	-	-	-					
Participação dos não controladores	-	-	-	5.801.566	6.340.875												
Total do patrimônio líquido		152.899.579	108.667.928	478.618.124	391.344.696												
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS																	
1. Contexto operacional: A Agri Participações S.A. ("Companhia" ou "Grupo Agroconnection"), com sede no Distrito de Alphaville na cidade de Barueri/SP, constituída em 01/03/2022, tendo por objeto social a atividade de Holdings de instituições não financeiras. Em 31/12/2023, a Companhia e suas investidas ("Grupo Agroconnections") tem as seguintes principais atividades:																	
a) Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos; b) Comércio atacadista, importação e exportação de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; c) Comércio atacadista, importação e exportação de mercadorias diversas, com predominância de insumos agropecuários; d) Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; e) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios diversos, exceto imobiliários; f) Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias; g) Gestão de ativos intangíveis não financeiros. O Grupo Agroconnection tem suas receitas aferidas de duas maneiras: • Prestação de serviços de terceirização de força de vendas de defensivos agrícolas de empresas parceiras como: Sipcam Nichino Brasil S.A., Cropchem Ltda. e Indofil Industries do Brasil Ltda., entre outras, atuando nos estados de Mato Grosso, Pará, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Rondônia entre outros estados da região Centro Norte; • Comercialização de insumos agrícolas com a importação de defensivos agrícolas, linha de especialidades com os grupos de Fertilizantes Foliare, biológico, adjuvante, óleos entre outros em todo o território nacional; • Comercialização de Fertilizantes Granulares na modalidade de agenciamento. Abaixo apresentamos todas as empresas do grupo com seus respectivos CNPJs e sua área de atuação, as empresas de representação onde abrigos todos os sócios minoritários regionais, as empresas de comercialização são responsáveis pelo faturamento dos produtos a nossos clientes.																	
Empresas		Data de início		Participação da Agri Participações S.A.		Atuação											
Agriconnection Ltda		17/10/2019		96%		Prestação de Serviços											
Agriconnection Importadora e Exportadora de Insumos Agrícolas Ltda		20/10/2020		0,00048%		Venda de Insumos Agrícolas											
Agriconnection Centro Norte Ltda		23/10/2020		100%		Prestação de Serviços											
Gasp Mata Agropecuária Ltda		02/07/2021		10%		Venda de Insumos Agrícolas											
Agriconnection Essentials Ltda		14/12/2021		80%		Agriculturas - Especialidades											
Agri-Participações S.A		04/07/2022		100%		Holding Administrativa											
Agriconnection Sudeste Ltda		30/11/2022		80%		Prestação de Serviços											
Agriconnection Sul Ltda		30/11/2022		80%		Prestação de Serviços											
Agriconnection Essentials		06/06/2023		70%		Prestação de Serviços											
Mapiotobapa Ltda		21/11/2019		70%		Prestação de Serviços											
Agriconnection Essentials Sul Ltda		16/11/2023		80%		Prestação de Serviços											
Em 2023 o Grupo Agriconnection realizou operações de venda de insumos agrícolas (Vendas de Mercadoria - Devolução de mercadoria) com o mercado no valor de R\$ 1.408.198.851 (Um bilhão, quatrocentos e oito milhões, cento e noventa e oito mil oitocentos e cinquenta e um reais), sendo que na modalidade de agenciamento efetuou um total de R\$ 734.059.759 (Setecentos e trinta e quatro milhões, cinquenta e nove mil e setecentos e cinquenta e nove reais) e na modalidade de vendas pelas empresas do Grupo faturou R\$ 674.139.092 (Seiscentos e setenta e quatro milhões, cento e trinta e nove mil e noventa e dois reais) representando 47,87% do total de vendas transacionadas com o mercado. Na nota explicativa 24 Receita Operacional Líquida será apresentado mais informações sobre. A seguir o quadro com as receitas de vendas de insumos e receitas agenciadas:																	
		Consolidado															
		2023	2022														
Vendas Agenciadas		734.059.759	658.742.416														
Vendas Agriconnection		674.139.092	761.596.690														
		1.408.198.851	1.420.339.106														
% vendas agenciamento		52,13%	46,78%														
% vendas Agriconnection		47,87%	54,08%														
O Grupo Agriconnection fortaleceu sua participação no mercado agrícola brasileiro estruturando a regional Sul atuando nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, regional Sudeste atuando nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul e fortaleceu sua participação investindo na contratação de representantes de vendas na região do MATOPIBAPA. Para 2024 será reditvidio algumas regiões com a contratação de Diretores Comerciais para Mato Grosso do Sul que se tornará uma regional operando "crop" e Essentials, a região do "MATOPIBAPA" terá um diretor comercial para "crop" buscando melhorar a participação no mercado entre outras regiões da linha Essentials. Com o objetivo de melhorar as áreas de back office a empresa tem investido na melhoria de sua estrutura operacional com a contratação de pessoas para seu back office, estruturando as áreas de Supply chain, faturamento entre outras. A área de TI está sendo totalmente remodelada com a mudança do nosso ERP de Siagri para TOTVS almejando um melhor controle dos processos e seguranças de gestão das informações da empresa. Para a área de crédito investimos na parceria com a Tarken onde nos possibilitará agilizar os processos de crédito da empresa e das empresas parceiras (agenciadas), na área de Faturamento estamos implantando o Openk um software de força de vendas objetivando maior agilidade e confiabilidade na gestão da carteira de vendas e faturamento. Para 2024, continuando o processo de implantação de sua visão e missão o Grupo Agriconnection continuará investindo em sua estrutura para fortalecer sua presença no campo, investir em sua estrutura interna melhorando continuamente a gestão de processos, pessoas e capital de giro, buscando maior presença junto a nossos fornecedores e mercado financeiro. 2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem as utilizadas em sua gestão. A emissão do relatório das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Diretoria da Companhia em 25/03/2024. 2.1. Base de mensuração das demonstrações contábeis individuais: As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto																	
nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. 2.2. Base de mensuração das demonstrações contábeis consolidadas: As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com a NBC TG 36 (R3) – Demonstrações consolidadas: a) Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. O Grupo reconhece a participação de não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os lucros e os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial (nota 13). b) Perda de controle em controladas: Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes companhias em 31 de dezembro:																	
Empresas		Data de início		Participação da Agri Participações S.A.		Atuação											
Agriconnection Ltda		17/10/2019		96%		Prestação de Serviços											
Agriconnection Importadora e Exportadora de Insumos Agrícolas Ltda		20/10/2020		0,00048%		Venda de Insumos Agrícolas											
Agriconnection Centro Norte Ltda		23/10/2020		100%		Prestação de Serviços											
Gasp Mata Agropecuária Ltda		02/07/2021		10%		Venda de Insumos Agrícolas											
Agriconnection Essentials Ltda		14/12/2021		80%		Agriculturas - Especialidades											
Agri-Participações S.A		04/07/2022		100%		Holding Administrativa											
Agriconnection Sudeste Ltda		30/11/2022		80%		Prestação de Serviços											
Agriconnection Sul Ltda		30/11/2022		80%		Prestação de Serviços											
Agriconnection Essentials Mapiotobapa Ltda		06/06/2023		70%		Prestação de Serviços											
Agriconnection Essentials Sul Ltda		21/11/2019		70%		Prestação de Serviços											
Agriconnection Fertilizantes Ltda		16/11/2023		80%													

continuação

referem-se sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações contábeis consolidadas e suas correspondentes nas bases de cálculo usadas na apuração do lucro real, bem como sobre o saldo de prejuízos fiscais existentes na data base. Os ativos diferidos na maioria das vezes são reconhecidos quando for provável que o Grupo Agriconnection apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais apresentados diferidos é revisado utilizando como critério a revisão no fim de cada exercício de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo ou, parte dele. Os impostos diferidos serão calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis e vigentes no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis, instruções no fim de cada exercício. A parte de mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultam da forma na qual o Grupo Agriconnection espera, no fim de cada relatório no exercício (recuperar ou liquidar), o valor contábil desses ativos e passivos. No que tange os ativos e passivos fiscais diferidos são todos aqueles compensados quando há um direito legalmente evidenciado para realizar a compensação de ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável, onde se existe a intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

4.8. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de transporte, armazenagem, impostos incidentes e demais despesas de vendas. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração e lançadas em conta de resultado específica no grupo de Outras Despesas e Receitas.

4.9. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções, vistorias e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas / despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo Agriconnection.

Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando como base a vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Descrição	Vida útil	Taxa Depreciação
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos	10% a.a.
Móveis e utensílios	10 anos	10% a.a.
Computadores e periféricos	5 anos	20% a.a.
Veículos	5 anos	20% a.a.

Os métodos de depreciação e as vidas úteis foram de acordo com as estabelecidas de acordo com a legislação societária e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado conforme a definição da Administração.

4.10. Intangível: i) **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo Agriconnection e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. ii) **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. iii) **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

4.11. Instrumentos financeiros: As políticas contábeis envolvendo instrumentos financeiros são:

4.11.1 Ativos financeiros: a) Classificação: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (*Fair Value Through Other Comprehensive Income* "FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado (*Fair Value Through Profit or Loss* "FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração: As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Desreconhecimento de ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

d) Ativos financeiros não derivativos: O Grupo Agriconnection reconhece seus empréstimos, recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que de fato foram originados. Demais ativos financeiros, bem como os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, inicialmente são reconhecidos na data da negociação na qual o Grupo Agriconnection se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Grupo Agriconnection realiza a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos e caixa do ativo se expiram, ou quando eventuais participações que sejam criadas ou retidas pelo Grupo Agriconnection, nos ativos financeiros será reconhecido como um ativo ou passivo individual. O Grupo Agriconnection possui ativos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado.

e) Custo amortizado: Reconhecidos como ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Inicialmente tais ativos são apresentados pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Realizado o reconhecimento inicial, será mantido pelos custos amortizados através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

4.11.2 Passivos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, e incluem fornecedores, derivativos financeiros (NDFs) e empréstimos financeiros. Os empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado e amortizados ao resultado junto dos encargos financeiros e afetam a determinação da taxa de juros efetiva.

b) Mensuração subsequente: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

c) Custos de empréstimos: Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendendo-se capitalizados como parte do custo destes ativos durante o período de construção ou produção. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

e) Passivos financeiros não derivativos: Reconhecidos através de títulos de dívida emitidos, subordinados inicialmente na data em que são originados. Ainda assim, demais passivos financeiros serão reconhecidos na data de negociação inicialmente na qual o Grupo Agriconnection torna-se uma parte das disposições acordado em contrato do referido instrumento, sendo realizado a baixa de um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais anuladas, cancelas ou vencidas. Os passivos financeiros citados, inicialmente serão reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Sendo assim, após seu reconhecimento inicial, esses são medidos através do custo amortizado, pelo método dos juros efetivos.

4.11.3 Instrumentos

Agri Participações S.A.

financeiros derivativos e atividades de hedge: Os instrumentos financeiros incluem derivativos financeiros (NDFs), e são reconhecidos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Inicialmente, exceto o contas a receber que é reconhecido ao seu preço de transação (conforme CPC 47), os instrumentos financeiros são mensurados ao seu valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 47 está demonstrada na Nota 9 – Instrumentos financeiros por categoria. O Grupo Agriconnection possui instrumentos financeiro derivativos como parte de suas operações, o objetivo das operações envolvendo derivativos são a redução de sua exposição aos riscos de mercado e a volatilidade dos fluxos financeiros. Atualmente o Grupo Agriconnection não adota a contabilidade de *hedge accounting*.

4.11.3.1 Contratos a termo com previsão de entrega ou recebimento de produtos: O Grupo Agriconnection, baseando-se em seu histórico e previsão de entrega e recebimento efetivos de produtos em operações, não considera tais contratos a termo como instrumentos financeiros, de modo que não calcula e/ou registra quaisquer valores justos para tais instrumentos, exceto na condição de contratos onerosos. As receitas, custos e entradas em estoque relacionadas as operações citadas, são considerados como operações comerciais normais e ocorrem baseados no faturamento e despacho dos produtos vendidos e no recebimento dos produtos adquiridos.

4.12. Capital social: O capital social das empresas jurídicas é formado por quotas que são classificadas no patrimônio líquido.

4.13. Gestão de Capital: Os objetivos do Grupo Agriconnection ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo Agriconnection, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo Agriconnection monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Em 2023, a estratégia do Grupo Agriconnection, que ficou inalterada em relação a de 2022, observando o desenvolvimento de uma estratégia financeira que proporcionasse o obter nível de crescimento proposto pela administração:

	Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Dívida Líquida		30.554	11.817.395
total do patrimônio líquido		151.127.995	115.008.803
Capital Total		151.158.549	126.826.198
Índice de alavancagem financeira - %		0,02%	9,32%

4.14. Redução ao valor recuperável (Impairment): Instrumentos financeiros e ativos contratuais: O Grupo Agriconnection reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo Agriconnection considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo Agriconnection, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo Agriconnection considera um ativo financeiro como inadimplente conforme sua política de crédito quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito O Grupo Agriconnection, sem recorrer a ações; ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 185 dias; ou • Clientes com renegociação de dívidas com parcelas vencidas ou não.

Baixa do ativo financeiro: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo Agriconnection não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo Agriconnection, que não estoques, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entretanto essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial: Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

4.15. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo Agriconnection tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros; b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis; c) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 Tributos sobre o Lucro; d) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros; **4.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31/12/2023:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfizem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não- circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com

informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025. Na opinião da administração, não há novas normas e/ou interpretações emitidas com impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido apresentado pelo Grupo Agriconnection nas demonstrações contábeis em 31/12/2023.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
Caixa	-	-	66.037	2.859
Bancos conta corrente	232.330	309.696	18.163.443	1.180.836
Aplicações financeiras (a)	71.500	-	22.503.588	13.435.000
Total	303.830	309.696	40.733.068	14.618.695

(a) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) emitidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estas aplicações são registradas como receita financeira.

6. Contas a receber:

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber com clientes	-	-	272.852.128	337.719.846
PECLD (-) (i)	-	-	(2.583.528)	-
Total de Contas a Receber	-	-	270.268.600	337.719.846

A seguir o *aging list* dos saldos a receber da Companhia em suas respectivas datas-bases:

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
Vencimentos	2023	2022	2023	2022
Vencidos	-	-	1.408.752	255.893
A vencer até 90 dias	-	-	36.671.864	39.665.746
A vencer de 91 a 180 dias	-	-	121.954.645	235.728.182
A vencer de 181 a 365 dias	-	-	110.233.339	51.679.561
A vencer acima de 366 dias	-	-	10.390.464	-
	-	-	270.268.600	337.719.846

A seguir os saldos a receber da Companhia apresentados por tipo de moeda em suas respectivas datas-bases:

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
Moeda	2023	2022	2023	2022
R\$	-	-	64.997.182	183.608.691
US\$	-	-	205.271.418	154.111.156
	-	-	270.268.600	337.719.846

(i) O Grupo Agriconnection realiza revisão da qualidade dos seus recebíveis periodicamente conforme sua política de crédito e provisiona os créditos que não possui expectativa de recebimento. Os valores apurados são provisionados e reconhecidos no resultado. Quando as empresas do Grupo Agriconnection recebem parte desses valores, é revertido a provisão diretamente no resultado, apresentando assim, um valor líquido de provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa nos exercícios. No exercício findo em 31/12/2023 foi provisionado o valor de R\$ 2.583.528 representado por 2 clientes executados juridicamente, este valor corresponde a 0,387% do ROL (Receta Operacional Líquida) de 2023.

7. Outros Valores a Receber:

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
Comissões a receber (a)	-	-	15.119.563	14.890.895
Outros valores Orbia (b)	-	-	1.435.694	-
	-	-	16.555.258	14.890.895

Ativo Não circulante

1/12 Comissões a receber	-	3.917.325	3.917.325
	-	3.917.325	3.917.325

Total

	-	20.472.583	18.808.220
--	---	-------------------	-------------------

(a) Comissões a receber refere-se aos valores de comissões a receber das vendas agenciadas, que será recebido nos primeiros meses de 2024. (b) Outros valores de clientes, nesta conta estão os valores referente ao projeto Orbia. Os valores a receber correspondem a R\$ 1.435.694 (Um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil e seiscentos e noventa e quatro reais). Em contrapartida os valores a pagar que está divulgado na nota explicativa 22 Outras obrigações, corresponde ao valor de R\$ 1.276.406 (Um milhão, duzentos e setenta e seis e quatrocentos e seis reais). Desse modo o valor líquido a receber do projeto Orbia é de R\$ 159.287 (Cento e cinquenta e nove mil e duzentos e oitenta e sete reais)

8. Estoques:

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
Biológicos	-	-	753.795	286.372
Defensivos	-	-	107.782.778	6.319.749
Espalhantes Adesivo	-	-	367.200	367.200
Fertilizantes Foliares	-	-	9.479.612	2.718.575
Óleo Mineral	-	-	3.946.258	832.983
Outros	-	-	60.813	-
Total Estoques	-	-	122.390.456	10.524.879

O mercado agrícola em 2023 apresentou um cenário muito desafiador, os preços dos insumos permaneceram em queda até o início da safra e levaram ao atraso nas decisões de compra dos agricultores, além da questão climática que levou ao atraso no plantio da safra e consequentemente nas compras para a safra em todo o Brasil. Dessa forma, a Agriconnection estruturou um estoque estratégico para atender sua carteira de pedidos da safra e safra, de modo a atender seu cliente dentro do período de safra visto que as importações têm um prazo médio de 90 dias para se transformar em estoques disponíveis.

9. Instrumentos financeiros:

	Controladora	Consolidado			
	2023	2022	2023	2022	
ATIVO					
Variação ativa - Contratos NDF	-	-	-	936.384	
	-	-	-	936.384	
PASSIVO					
Variação passiva - Contratos NDF	-	-	2.541.060	85.365	
Variação passiva - Swap Empréstimo	-	-	-	42.121	
	-	-	-	2.541.060	127.486

Os instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo Agriconnection têm objetivo mitigar os riscos com o descasamento de moedas no processo de importação de produtos e ou descasamentos de moedas no processo de compra e venda de insumos agrícolas atendendo as exigências de mercado. A exposição ao risco de variação cambial é controlada diariamente pela tesouraria que se utiliza do instrumento de derivativos do mercado financeiro (NDF) para efetuar o *hedge* entre as contas a pagar e as contas a receber em moeda estrangeira conforme política de tesouraria da empresa.

NDF - OP DE COMPRA					
31/12/2023	Redução 50%	Redução 25%	Atual	Aumento 25%	Aumento 50%
Exposição líq.	36.115.044	54.172.566	72.230.088	90.287.610	108.345.132
Ativos					
Financeiros	103.705.718	155.558.577	207.411.435	259.264.294	311.117.153
Contas a receber	103.705.718	155.558.577	207.411.435	259.264.294	311.117.153
Passivos					
Financeiros	(67.590.674)	(101.386.011)	(135.181.347)	(168.976.684)	(202.772.021)
Fornecedores	(53.871.857)	(80.807.786)	(107.743.714)	(134.679.643)	(161.615.571)
Empréstimos e financiamentos	(13.718.817)	(20.578.225)	(27.437.633)	(34.297.042)	(41.156.450)
i) Risco de taxa de juros:	Decorre da possibilidade do Grupo Agriconnection em incorrer em ganhos				

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/10/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Agri Participações S.A.

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia,

eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 25 de março de 2023.

BDO

BDO RCS

Auditores Associados Ltda.

CRC 2 SP 015165/O-8 – S – MT

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador

CRC 1 SP 139268/O-6 – S – MT

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/10/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Agri Participações S.A.

CNPJ nº 47.008.838/0001-95

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, local e hora: Realizada em 01 de junho de 2023, às 07h30min (sete horas e trinta minutos) na Avenida Manoel Genildo de Araújo, nº 188 – Sala 01 – Piso Superior, Campo RealII, nesta cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, CEP 78.840-000. **Convocação e presença:** Dispensada a publicação da Convocação em consonância com o Art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença de todos os acionistas. **Composição da mesa:** **Presidente**, Sr. Daniel Fontes Dias e **Secretário**, Sr. Flavio DalcinMata. **Ordem do dia:** Alteração do Endereço Entre Estados da Sede da Companhia. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes na Ordem do Dia, osacionistas da Companhia, por unanimidade, decidiram aprovar as seguintes deliberações: **(I)** A alteração do Endereço Entre Estados da Sede da Companhia para o seguinte endereço: Alameda Rio Negro, 585, Alphaville Centro Industrial e Empresarial/Alphav, Barueri, SP, CEP: 06454000, Complementos SALA: 144. **(II)** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei 6404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. Confere com o original lavrado em livro próprio. Campo Verde – MT, 01 de junho de 2023. **Daniel Fontes Dias**, Diretor Presidente; **Flavio Dalcin Mata**, Diretor Administrativo/ Secretário; **Evaldo P. de Carvalho Junior**, Diretor Comercial Oeste; **Flavio Dalcin Mata**, Diretor Administrativo; **Milton C. de Paiva Junior**, Diretor Comercial Centro Norte e **Monique Soares Saigado**, Advogada OAB MG 138.612. JUCESP/NIRE nº 3530062574-9 em 30/10/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. Junta Comercial do Estado de Mato Grosso. Certifico o registro sob o nº 2872610 em 09/10/2023 e protocolo 231482582, 15/09/2023.Julio Frederico Muller Neto – Secretário Geral. **Estatuto Social. Capítulo I. Da denominação, sede, objeto e duração. Artigo 1º - Agri Participações S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º -** A sociedade tem sua sede e foro na Alameda Rio Negro, 585, Alphaville Centro Industrial e Empresarial/Alphav, Barueri, SP, CEP: 06454000, Complementos SALA: 144. **Parágrafo Único:** A sociedade, por deliberação da diretoria, poderá abrir filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional e no exterior, e participar de outras Sociedades. **Artigo 3º -** A sociedade tem por objeto a atividade de: • Holdings de instituições não financeiras. **Artigo 4º -** O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado **Capítulo II. Do capital social e das ações. Artigo 5º -** O capital social e de R\$100.000,00 (cem mil reais), todo ele realizado e dividido em 100.000 (cem mil) de ações ordinárias, de valor unitário de R\$1,00 (um real)cada uma. **Artigo 6º -** O direito de preferência para subscricao do aumento do capital social deverá ser exercido pelo acionista no prazo máximo de 30 dias da data da publicação, no órgão oficial, do competente aviso, sob pena de decadência. **Capítulo III. Da Assembleia Geral. Artigo 7º -** A assembleia reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, em dia, hora e local previamente anunciadas pela imprensa, como manda a lei, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, com observância dos preceitos legais. **Parágrafo Primeiro:** A assembleia geral será convocada pelo Diretor da Companhia ou por pessoa por ele designada por escrito ou durante a própria Assembleia Geral. Na ausência ou impedimento do Diretor, o Presidente da Assembleia Geral será escolhido pela maioria dos votos dos acionistas presentes. O Presidente da Assembleia Geral escolherá o secretário da mesa dentre os presentes, acionistas ou não. **Parágrafo Segundo:** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto favorável de acionistas que representem a maioria do capital votante da Companhia presente à Assembleia, não computados os votos em branco nem as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social. **Parágrafo Terceiro:** As deliberações da Assembleia Geral serão registradas em atas lavradas na forma da lei, sendo suficiente para sua validade a assinatura de quantos bastem para constituir o quórum requerido para a deliberação. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 8º -** A Companhia será administrada pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. **Artigo 9º -** A Diretoria será composta por no mínimo 3 (três) Diretores e todos eleitos e destituiu-e a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro:** O prazo dos respectivos mandatos dos membros da Diretoria estender-se-á até a investidura de seus sucessores. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente (morte, invalidez permanente, interdição etc.) de qualquer membro da Diretoria, a maioria da Assembleia Geral nomeará um membro substituto que servirá até o final do mandato. **Artigo 10 –** Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, estando dispensados de prestação de garantia de gestão. O termo de posse deverá contemplar a sujeição da Diretoria à cláusula compromissória, bem como a sua de declaração de que: **(i)** não está impedido de exercer a administração desociedades, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no Parágrafo 1º do Artigo 147 da Lei 6.404/76; **(ii)** atende ao requisito de reputação ilibada, conforme estabelecido pelo Parágrafo 3º do Artigo 147 da Lei 6.404/76; e **(iii)** não ocupa cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia, nem representa interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos Incisos I e II do Parágrafo 3º do Artigo 147 da Lei 6.404/76. **Artigo 11 –** A remuneração dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, em montante individual ou global. **Artigo 12 –** A Diretoria terá plenos poderes para administrar e gerir os negócios da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes, conforme especificado pela Assembleia Geral, de acordo com a lei e regulamentação aplicáveis e com este Estatuto Social, observada a competência específica dos Diretores, conforme estabelecido nos Parágrafos abaixo. **Parágrafo Primeiro:** Observado o disposto neste Artigo 13, caberá aos Diretores,dentre outras atividades e responsabilidades: **(i)** representar a Companhia em suas relações com terceiros, em juízo e fora dele, perante repartições, bancos e órgãos públicos federais, estaduais, territoriais, municipais e autárquicos; **(ii)** assinar contratos bancários, contratos e/ou termos de garantia relativos às operações comerciais da Companhia, podendo assinar borderôs de desconto, nota promissória e correspondência; contratar e demitir funcionários, fixando-lhes a remuneração; **(iv)** contratar a abertura de créditos com quaisquer instituições financeiras, bancos de fomento ou cooperativas de créditos, e quaisquer outras entidades oficiais, abrir, movimentar e encerrar contar, depositar e retirar dinheiro e títulos, emitir, endossar e assinar cheques, recibos e ordens de pagamento a terceiros; **(v)** assinar a escrituração contábil e fiscal da Companhia; **(vi)** assinar todo e qualquer documento, contratos, procurações publicas inerentes às atividades comerciais da Companhia; **(vii)** emitir, sacar, aceitar, endossar, avalizar, cautionar, descontar e protestar títulos de crédito de interesse social; a gestão e administração da Companhia, de acordo com as melhores práticas do mercado; **(ii)** o desenvolvimento de projetos e demais atividades pertinentes às suas responsabilidades, relacionadas com o objeto social da Companhia; **(iii)** o exercicio de funções corporativas ele atribuídas pela Companhia; **(iv)** a observância estrita das disposições deste Estatuto Social, eventuais acordos de acionistas e as finalidades da Companhia, preservando sua imagem e as boas relações com os clientes e fornecedores; **(v)** a manutenção de conduta ética e de integridade profissional exigida pelo cargo; e **(vi)** a manutenção e intermediação das relações com os investidores da Companhia; **(vii)** elaboração e revisão, com base na escrituração mercantil da Companhia, das demonstrações financeiras na forma estabelecida no Artigo 176 da Lei 6.404/76. **Parágrafo Segundo:** A Diretoria caberá, em reunião, designar os responsáveis pela condução das atividades que fazem necessária para o bom funcionamento da Companhia. **Artigo 13 -** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem comonos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, incumbirá e será obrigatoriamente praticada por 02 (dois) Diretores agindo em conjunto. **Parágrafo Unico:** Qualquer Diretor ou procurador, agindo isoladamente e dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração, terá poderes para executar especialmente os seguintes atos: **(i)** endosso de cheques, para depósito nas contadas Companhia; **(ii)** emissão de duplicatas e endosso destas para fins de cobrança; **(iii)** assinatura de correspondência de rotina que não crie qualquer responsabilidade para a Companhia; e **(iv)** representar a Companhia em Juízo e receber citações, intimações ou notificações. **Artigo 14 -** Observado o disposto no Artigo 14 acima, as procurações deverãoespecificar os poderes concedidos e ter prazo certo de duração, limitado a um ano, exceto no caso de mandato judicial ou para defesa em processos administrativos, que poderá ser por prazo indeterminado, ou na hipótese do Artigo 118, Parágrafo 7º, da Lei 6.404/76. **Artigo 15 -** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, em virtude de convocação efetuada por qualquer diretor, mediante comunicação prévia com 3 (três) dias úteis de antecedência. As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros. **Parágrafo Primeiro:** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência ou videoconferência. A participação pelos meios ora mencionados deverá ser considerada como presença física na respectiva reunião. Neste caso, os Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria poderão expressar seus votos, na data da reunião, por escrito, por meio de carta ou correio eletrônico. **Parágrafo Segundo:** No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito antecipadamente, por meio de carta entregue a outro Diretor na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico. **Parágrafo Terceiro:** As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. **Parágrafo Quarto:** As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. **Artigo 16 -** É expressamente vedada aos Diretores a prática, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social. **Capítulo V. Do Exercício Social. Artigo 17 -** O exercicio social começa a dia 01 de janeiro e termina a 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Primeiro:** Ao término de cada exercicio social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas da administração da sociedade, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultados econômicos, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. **Parágrafo Segundo:** Poderão ser levantados balanços gerais, sempre que a administração julgar oportuno. **Artigo 18 –** Os Diretores apresentarão a Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercicio, obedecidos os dispositivos legais. **Artigo 19 -** Os acionistas, participarão da distribuição dos lucros da sociedade, após reunião de fechamento, de maneira proporcional às suas participações no capital social. **Capítulo VI. Da dissolução, liquidação e extinção. Artigo 20 -** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. **Artigo 21 -** Compete à Assembleia Geral deliberar sobre a liquidação e nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **Artigo 22 -** A Assembleia Geral que determinar a dissolução da sociedade escolherá osmembros Diretores que acompanharão a liquidação. **Artigo 23 -** Liquidado o passivo, o ativo remanescente será distribuído aos acionistas na forma determinada em lei. Campo Verde-MT, 01 de junho de 2023.

Agri Participações S.A.

CNPJ/MF nº 47.008.838/0001-95 - NIRE 35300625749

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de junho de 2024

Data, Local e Hora: Realizada em 10/06/2024, às 13hs, Al. Rio Negro, 585, Torre A, sala 144, Alphaville, Centro Ind. e Empresarial, Barueri/SP, CEP 06454-000. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação da Convocação em consonância com o Art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença de todos os acionistas. **Composição da Mesa:** **Presidente**, Sr. Daniel Fontes Dias; e **Secretário**; Sr. Flavio Dalcin Mata. **Ordem do Dia:** examinar, deliberar e votar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Cia.. **Deliberações:** Instalada a AGE, aprovada a lavratura da presente ata em forma de sumário dos atos ocorridos, nos termos do art. 130, §1º da Lei das S.A., as seguintes deliberações foram aprovadas pela unanimidade dos Acionistas, sem quaisquer reservas, ressalvas ou restrições: Eleger para os cargo de Diretor Administrativo da Cia., com mandato unificado, a contar da presente data, até o dia 15/08/2025, o Sr.: **Darcy Barthmann Neto**, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, RG nº F1219485 DFP/MT, CPF/MF nº 332.195.938-01, residente e domiciliado na R. Chicago, 125 – QD07 LT06 Jd. das Americas, Cidade de Primavera do Leste, Mato Grosso- CEP 78850-000. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos acionistas da Companhia. Confere com a original lavrado em livro próprio. Barueri – SP, 10/06/2024. Daniel Fontes Dias, Diretor Presidente; Flavio Dalcin Mata, Diretor Administrativo/ Secretário. Evaldo P. de Carvalho Junior, Diretor Comercial Oeste; Milton C. de Paiva Junior, Diretor Comercial Centro Norte. Darcy Barthmann Neto, Diretor Administrativo. Plínia Campos Ribeiro, OAB/SP nº 279.768, Advogada Responsável. JUCESP nº 284.261/24-5 em 24/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Agri Participações S.A.

CNPJ/MF nº 47.008.838/0001-95

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de fevereiro de 2024

Data, Local e Hora: Realizada em 08 de fevereiro de 2024, às 13h00m (treze horas) na Alameda Rio Negro, 585, Torre A, sala 144, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, Barueri-SP, CEP 06454- 000. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação da Convocação em consonância com oArt. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença de todos os acionistas. **Composição da Mesa:** **Presidente**, Sr. Daniel Fontes Dias; e **Secretário**; Sr. Flavio Dalcin Mata. **Ordem do Dia:** Retificar e Reratificar o Endereço da Sede da Companhia. **Deliberações:** Após exame e discussão da matéria constante na Ordem do Dia, os acionistas da Companhia, por unanimidade, decidiram retificar e ratificar o endereço da sede social da companhia que, por lapso, deixou de indicar que a sede está localizada no “Edifício Jacarí” do condomínio onde se localiza. Assim, a redação da **Artigo 2º** do Estuto Social, corrigida e ajustada, passa a contar com a seguinte redação: **“Artigo 2º - A sociedade tem sua sede e foro na Alameda Rio Negro, 585, sala 144, Edifício Jacarí Alphaville Centro Industrial e Empresarial Barueri-SP, CEP 06454-000.”** Consequentemente, os acionistas aprovaram a consolidação do Estatuto Social da Companhia, anexo, e autorizaram a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumário, nos termos do artigo 130, § 1 º da Lei 6404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos acionistas da Companhia. Confere com a original lavrado em livro próprio. Barueri - SP, 08 de fevereiro de 2024. Daniel Fontes Dias, Diretor Presidente; Flavio Dalcin Mata, Diretor Administrativo/Secretário. Evaldo P. de Carvalho Junior, Diretor Comercial Oeste; Milton C. de Paiva Junior, Diretor Comercial Centro Norte. Darcy Barthmann Neto, Diretor Administrativo. Plínia Campos Ribeiro, OAB/SP nº 279.768, Advogada Responsável. JUCESP nº 122.027/24-3 em 15/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º - Agri Participações S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º -** A sociedade tem sua sede e foro na Alameda Rio Negro, 585, sala 144, Edifício Jacarí Alphaville Centro Industrial e Empresarial, Barueri-SP, CEP 06454-000. **Parágrafo Unico:** A sociedade, por deliberação da diretoria, poderá abrir filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional e no exterior, e participar de outras Sociedades. **Artigo 3º -** A sociedade tem por objeto a atividade de: Holdings de instituições não financeiras. **Artigo 4º -** O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º -** O capital social e de R\$100.000,00 (cem mil reais), todo ele realizado e dividido em 100.000 (cem mil) de ações ordinárias, de valor unitário de R\$1,00 (um real) cada uma. **Artigo 6º -** O direito de preferência para subscricao do aumento do capital social deverá ser exercido pelo acionista no prazo máximo de 30 dias da data da publicação, no órgão oficial, do competente aviso, sob pena de decadência. **Capítulo III. Da Assembleia Geral. Artigo 7º -** A assembleia reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, em dia, hora e local previamente anunciadas pela imprensa, como manda a lei, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, com observância dos preceitos legais. **Parágrafo Primeiro:** A assembleia geral será convocada pelo Diretor da Companhia ou por pessoa por ele designada por escrito ou durante a própria Assembleia Geral. Na ausência ou impedimento do Diretor, o Presidente da Assembleia Geral será escolhido pela maioria dos votos dos acionistas presentes. O Presidente da Assembleia Geral escolherá o secretário da mesa dentre os presentes, acionistas ou não. **Parágrafo Segundo:** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto favorável de acionistas que representem a maioria do capital votante da Companhia presente à Assembleia, não computados os votos em branco nem as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social. **Parágrafo Terceiro:** As deliberações da Assembleia Geral serão registradas em atas lavradas na forma da lei, sendo suficiente para sua validade a assinatura de quantos bastem para constituir o quórum requerido para a deliberação. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 8º -** A Companhia será administrada pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. **Artigo 9º -** A Diretoria será composta por no mínimo 3 (três) Diretores e todos eleitos e destituiu-e a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro:**O prazo dos respectivos mandatos dos membros da Diretoria estender-se-á até a investidura de seus sucessores. Ocorrendo vacância, renúncia ou impedimento permanente (morte, invalidez permanente, interdição etc.) de qualquer membro da Diretoria, a maioria da Assembleia Geral nomeará um membro substituto que servirá até o final do mandato. **Artigo 10:** Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, estando dispensados de prestação de garantia de gestão. O termo de posse deverá contemplar a sujeição da Diretoria à cláusula compromissória, bem como a sua de declaração de que: **(i)** não está impedido de exercer a administração de sociedades, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no Parágrafo 1º do Artigo 147 da Lei 6.404/76; **(ii)** atende ao requisito de reputação ilibada, conforme estabelecido pelo Parágrafo 3º do Artigo 147 da Lei 6.404/76; e **(iii)** não ocupa cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia, nem representa interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos Incisos I e II do Parágrafo 3º do Artigo 147 da Lei 6.404/76. **Artigo 11 -** A remuneração dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, em montante individual ou global. **Artigo 12 -** A Diretoria terá plenos poderes para administrar e gerir os negócios da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes, conforme especificado pela Assembleia Geral, de acordo com a lei e regulamentação aplicáveis e com este Estatuto Social, observada a competência específica dos Diretores, conforme estabelecido nos Parágrafos abaixo. **Parágrafo Primeiro:** Observado o disposto neste Artigo 13, caberá aos Diretores, dentre outras atividades e responsabilidades: **(i)** representar a Companhia em suas relações com terceiros, em juízo e fora dele, perante repartições, bancos e órgãos públicos federais, estaduais, territoriais, municipais e autárquicos; **(ii)** assinar contratos bancários, contratos e/ou termos de garantia relativos às operações comerciais da Companhia, podendo assinar borderôs de desconto, nota promissória e correspondência; contratar e demitir funcionários, fixando-lhes a remuneração; **(iv)** contratar a abertura de créditos com quaisquer instituições financeiras, bancos de fomento ou cooperativas de créditos, e quaisquer outras entidades oficiais, abrir, movimentar e encerrar contar, depositar e retirar dinheiro e títulos, emitir, endossar e assinar cheques, recibos e ordens de pagamento a terceiros; **(v)** assinar a escrituração contábil e fiscal da Companhia; **(vi)** assinar todo e qualquer documento, contratos, procurações publicas inerentes às atividades comerciais da Companhia; **(vii)** emitir, sacar, aceitar, endossar, avalizar, cautionar, descontar e protestar títulos de crédito de interesse social; a gestão e administração da Companhia, de acordo com as melhores práticas do mercado; **(ii)** o desenvolvimento de projetos e demais atividades pertinentes às suas responsabilidades, relacionadas com o objeto social da Companhia; **(iii)** o exercicio de funções corporativas a ele atribuídas pela Companhia; **(iv)** a observância estrita das disposições deste Estatuto Social, eventuais acordos de acionistas e as finalidades da Companhia, preservando sua imagem e as boas relações com os clientes e fornecedores; **(v)** a manutenção de conduta ética e de integridade profissional exigida pelo cargo; e **(vi)** a manutenção e intermediação das relações com os investidores da Companhia; **(vii)** elaboração e revisão, com base na escrituração mercantil da Companhia, das demonstrações financeiras na forma estabelecida no Artigo 176 da Lei 6.404/76. **Parágrafo Segundo:** A Diretoria caberá, em reunião, designar os responsáveis pela condução das atividades que fazem necessária para o bom funcionamento da Companhia. **Artigo 13 -** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como nos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, incumbirá e será obrigatoriamente praticada por 02 (dois) Diretores agindo em conjunto. **Parágrafo Unico:** Qualquer Diretor ou rocudador, agindo isoladamente e dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração, terá poderes para executar especialmente os seguintes atos: **(i)** endosso de cheques, para depósito nas contas da Companhia; **(ii)** emissão de duplicatas e endosso destas para fins de cobrança; **(iii)** assinatura de correspondência de rotina que não crie qualquer responsabilidade para a Companhia; e **(iv)** representar a Companhia em Juízo e receber citações, intimações ou notificações. **Artigo 14 -** Observado o disposto no Artigo 14 acima, as procurações deverão especificar os poderes concedidos e ter prazo certo de duração, limitado a um ano, exceto no caso de mandato judicial ou para defesa em processos administrativos, que poderá ser por prazo indeterminado, ou na hipótese do Artigo 118, Parágrafo 7º, da Lei 6.404/76. **Artigo 15 -** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, em virtude de convocação efetuada por qualquer diretor, mediante comunicação prévia com 3 (três) dias úteis de antecedência. As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros. **Parágrafo Primeiro:** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência ou videoconferência. A participação pelos meios ora mencionados deverá ser considerada como presença física na respectiva reunião. Neste caso, os Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria poderão expressar seus votos, na data da reunião, por escrito, por meio de carta ou correio eletrônico. **Parágrafo Segundo:** No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito antecipadamente, por meio de carta entregue a outro Diretor na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico. **Parágrafo Terceiro:** As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. **Parágrafo Quarto:** As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. **Artigo 16 -** É expressamente vedada aos Diretores a prática, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social. **Capítulo V. Do Exercício Social. Artigo 17 -** O exercicio social começa a dia 01 de janeiro e termina a 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Primeiro:** Ao término de cada exercicio social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas da administração da sociedade, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultados econômicos, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. **Parágrafo Segundo:** Poderão ser levantados balanços gerais, sempre que a administração julgar oportuno. **Artigo 18 -** Os Diretores apresentarão a Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercicio, obedecidos os dispositivos legais. **Artigo 19 -** Os acionistas, participarão da distribuição dos lucros da sociedade, após reunião de fechamento, de maneira proporcional às suas participações no capital social. **Capítulo VI. Da Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 20 -** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. **Artigo 21 –** Compete a Assembleia Geral deliberar sobre a liquidação e nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **Artigo 22 -** A Assembleia Geral que determinar a dissolução da sociedade escolherá os membros Diretores que acompanharão a liquidação. **Artigo 23 -** Liquidado o passivo, o ativo remanescente será distribuído aos acionistas na forma determinada em lei. Barueri - SP 08 de fevereiro de 2024.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/10/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Expand Capital

Investimentos & Participações S.A.

(Em Constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: Aos 05 de Agosto de 2.024, às 10h00, na Rua Dona Luíza Tolle, Nº 103 - Ap. 121 - Santana - CEP: 02406-000 - São Paulo - SP. **Subscritores Presentes:** Todos os subscritores presentes, a saber: (i) **Marcos Lourenço Sardinha**, Brasileiro de São Paulo - SP, maior, nascido em 11 de março de 1.969, divorciado, corretor de imóveis - CRECI-SP Nº 46.455, portador da cédula de identidade RG: Nº 18.410.852-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF (Cadastro de Pessoas Físicas) sob o Nº 127.623.798-73, residente e domiciliado à Rua Dona Luíza Tolle, nº 103 - Ap. 121 - Santana - CEP: 02406-000 - São Paulo - SP., (ii) **Matheus Zanella Sardinha**, Brasileiro de São Paulo - SP, maior, nascido em 20 de maio de 1.995, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da cédula de identidade RG: Nº 41.930.162-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF (Cadastro de Pessoas Físicas) sob o Nº 422.251.728-38, residente e domiciliado à Rua Carlos de Camargo Aranha, Nº 146 - Ap. 77 - Jardim São Paulo - CEP: 02039-090 - São Paulo - SP., (iii) **Victoria Ornellas Ribeiro Sardinha**, Brasileira de São Paulo - SP, maior, nascida em 05 de junho de 2.000, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade RG: Nº 52.317.074-9 SSP/SP, inscrita no CPF/MF (Cadastro de Pessoas Físicas) sob o Nº 497.958.358-07, residente e domiciliada à Rua dos Aimorés, Nº 1.330 - Ap. 405 - Boa Viagem - CEP: 30140-071 - Belo Horizonte - MG., e (iv) **Rodrigo Ornellas Ribeiro Sardinha**, Brasileiro de São Paulo - SP, maior, nascido em 29 de junho de 2.006, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG: Nº 52.317.075-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF (Cadastro de Pessoas Físicas) sob o Nº 497.958.948-03, residente e domiciliado à Rua Dona Luíza Tolle, Nº 103 - Ap. 121 - Santana - CEP: 02406-000 - São Paulo - SP. **Mesa da Assembleia:** Por unanimidade, foi escolhido para assumir a presidência da Assembleia o Sr. **Marcos Lourenço Sardinha**, que neste ato convida a Sr. **Matheus Zanella Sardinha**, para secretário(a). **Objetivo da Assembleia:** Constituição de uma sociedade por ações. Para tanto, foi objeto de deliberação: **1.** Discussão e aprovação do Estatuto Social; **2.** Subscrição e integralização da totalidade das ações; **3.** Constituição da Companhia; **4.** Eleição do membro da Diretoria e fixação da sua remuneração; **Deliberações: 1. Estatuto Social:** Após análise e discussão, foi aprovado, pela totalidade dos subscritores, o projeto do Estatuto Social que, em 3 (três) vias, foi rubricado por todos, como parte integrante desta Ata (Anexo I). **2. Subscrição e Integralização De Ações:** A Companhia emitiu 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram totalmente subscritas neste ato; 10% (dez por cento) deste valor foi devidamente integralizado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), através de depósito realizado em favor da Companhia, conforme boletim de subscrição firmado pelos subscritores (Anexo II); 90% (noventa por cento) restantes, ou seja, R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), será integralizado até 31/12/2024. **3. Constituição da Companhia:** O Presidente da Assembleia, após observadas todas as formalidades legais e com expressa concordância dos subscritores, declarou constituída a **Expand Capital - Investimentos & Participações S.A.** **4. Eleição do Membro da Diretoria:** Por unanimidade, foram eleitos para o cargo de Diretor Presidente o Sr. **Marcos Lourenço Sardinha**, Brasileiro de São Paulo - SP, maior, nascido em 11 de março de 1.969, divorciado, corretor de imóveis - CRECI-SP Nº 46.455, portador da cédula de identidade RG: Nº 18.410.852-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF (Cadastro de Pessoas Físicas) sob o Nº 127.623.798-73, residente e domiciliado à Rua Dona Luíza Tolle, Nº 103 - Ap. 121 - Santana - CEP: 02406-000 - São Paulo - SP. O Diretor foi eleito para um mandato de 03 (três) anos contados da presente data, conforme termo de posse por ele assinado nesta data e anexo a esta Ata (Anexo III) e não gozará de remuneração durante seu primeiro exercício civil, ficando a remuneração para exercícios futuros a cargo de ulterior deliberação. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, dos quais eu, secretário, laurei esta ata, que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes, que autorizam a publicação em forma de extrato. São Paulo, 05/08/2024. **Marcos Lourenço Sardinha**, Presidente da Assembleia; **Matheus Zanella Sardinha**, Secretário da Assembleia. Subscritores/acionistas: **Marcos Lourenço Sardinha; Matheus Zanella Sardinha; Rodrigo Ornellas Ribeiro Sardinha; Victoria Ornellas Ribeiro Sardinha.** Visto do Advogado: **Paulo Roberto Satin**, OAB SP Nº 94.832. JUCESP/NIRE nº 353006464-2-8 em 12/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração.** **Artigo 1º** - Sob a denominação de **"Expand Capital - Investimentos & Participações S.A."** fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá pelos dispositivos deste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis ("Companhia"). **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dona Luíza Tolle, nº 103, apto. 121, Bairro Santana, Cep 02406-000, podendo abrir ou encerrar filiais, agências ou representações em qualquer localidade do país mediante resolução da Diretoria. **Artigo 3º** - O objeto social da Companhia compreende a participação em outras sociedades e a compra, venda e locação de bens imóveis próprios. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social e das Ações.** **Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de R\$100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária confere ao seu possuidor o direito a um voto nas assembleias gerais. **Parágrafo 2º** - As ações têm a forma nominativa e poderão ser representadas por certificados de ações ou títulos múltiplos de ações e são indivisíveis em relação a Companhia, que não reconhece mais de um proprietário para cada ação. **Artigo 6º** - Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital. **Artigo 7º** - Os acionistas não poderão transferir, doar, vender, ceder ou sob qualquer forma alienar as suas ações a terceiros, sem antes oferecê-las aos demais acionistas que, em igualdade de condições, terão o direito de preferência para a aquisição, na proporção das que possuírem. Para esse efeito, o titular encaminhará à Diretoria, via Registro de Títulos e Documentos, carta contendo as condições e preço pretendidos e a Diretoria enviará cópia da carta aos demais acionistas para que, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestem por escrito eventual interesse na compra. Se houver mais de um acionista interessado, a aquisição dar-se-á proporcionalmente ao número de ações possuídas. Após o decurso dos 30 (trinta) dias o titular poderá alienar a terceiros eventuais ações ainda em seu poder, sobre as quais não tenha havido interesse dos demais acionistas mantidas, entretanto, as condições oferecidas à Diretoria. **Capítulo III. Das Assembleias Gerais.** **Artigo 8º** - A Assembleia Geral da Companhia reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convier aos interesses da Companhia, desde que convocada na forma prevista neste estatuto. **Artigo 9º** - A Assembleia Geral será convocada por editais publicados na imprensa, devendo constar a ordem do dia, e, no caso de reforma dos estatutos sociais, a matéria, bem como a data, a hora e o local da reunião. **Parágrafo Único:** - Independentemente das formalidades legais será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 10** - A Assembleia Geral será presidida por um dos acionistas aclamado na ocasião, que escolherá, dentre os presentes, o secretário. **Artigo 11** - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 12** - A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que convocada por um dos diretores ou por iniciativa dos acionistas nas hipóteses previstas em lei, competindo-lhe discutir e deliberar sobre as matérias constantes do edital de convocação. **Capítulo IV. Da Administração.** **Artigo 13** - A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída de 1 (um) Diretores ou mais diretores, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Dos Diretores, um será o Diretor Presidente e, os demais, sem designação específica. **Artigo 14** - O prazo de mandato da Diretoria é de 3 (três) anos unificados. Todos os Diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos. **Artigo 15** - Compete à diretoria: a) Fixar e orientar os negócios gerais da Companhia; b) examinar mensalmente o balancete e as demonstrações financeiras; c) contratar o pessoal necessário às atividades da empresa; d) coordenar e supervisionar todas as atividades operacionais; e) implantar e supervisionar os controles internos necessários às atividades operacionais; f) elaborar o planejamento tributário da empresa; g) analisar os relatórios da auditoria externa, tomando as providências que se fizerem necessárias; h) promover o relacionamento necessário com clientes e fornecedores; e i) representar a Companhia. **Parágrafo Primeiro** - A representação da Companhia será feita sempre pelo Diretor Presidente agindo isoladamente. **Parágrafo Segundo** - Observado o disposto no parágrafo seguinte, a Companhia poderá ser representada, ainda, por um dos demais Diretores, agindo em conjunto com um procurador ou por um procurador com procuração específica para o ato. **Parágrafo Terceiro** - A venda, permuta, transferência ou alienação por qualquer forma, ou a hipoteca, penhor ou ônus de qualquer espécie, de bens imóveis ou participação societária da Companhia, ou, ainda, a obtenção de empréstimos ou aceite de obrigações de valor superior a 20% (vinte por cento) do capital social, dependerá da autorização e aprovação prévia, em Assembleia Geral, de acionistas que representem, no mínimo, ¾ (três quartos) do capital social. **Parágrafo Quarto** - A Companhia poderá nomear procurador para representá-la, devendo constar da procuração os poderes e o prazo de duração que, exceção feita com a cláusula "ad judicium" não poderá ser superior a um ano. **Parágrafo Quinto** - É vedado aos diretores o uso da denominação da Companhia em negócios alheios aqueles do objeto social, sendo o ato praticado contrariamente ao disposto neste parágrafo nulo em relação à Companhia, obrigando somente quem por ele responsável. **Parágrafo Sexto** - A remuneração de todos os diretores será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger ou em momento posterior, conforme a necessidade. **Artigo 16** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que na ocasião for escolhido. **Parágrafo Primeiro** - As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dos Diretores. Para que possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois, se só houver dois Diretores em exercício. **Parágrafo Segundo** - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, em caso de empate, também o voto de desempate. **Artigo 17** - Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituto do diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do diretor substituído. **Artigo 18** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação a Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador ou funcionário, que a envolverem obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fiança, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal.** **Artigo 19** - O Conselho Fiscal da Companhia, que será integrado por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Capítulo VI. Do Ano Social, do Balanço e dos Lucros.** **Artigo 20** - O ano social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que procederá ao levantamento do Balanço Geral da Companhia segundo as prescrições legais. **Artigo 21** - Do lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, será descontado: a) cinco por cento (5%) para a constituição do fundo de Reserva Legal destinado a manter a integridade do capital social, fundo esse que não excederá a vinte por cento (20%) do capital da Companhia. b) cinco por cento (5%), no mínimo, para distribuição de dividendo obrigatório aos acionistas; e c) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral, que deliberará sobre a sua aplicação, observadas as disposições legais aplicáveis. **Artigo 22** - A Companhia poderá levantar balanços intermediários em qualquer data, observadas as prescrições legais, podendo distribuir dividendos por determinação da Diretoria, ad referendum da Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro** - Os dividendos distribuídos na forma deste artigo serão considerados como adiantamento do dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Segundo** - O valor dos juros pagos ou creditados a título de remuneração de capital próprio será imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII. Da Liquidação.** **Artigo 23** - A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII. Da Resolução de Conflitos.** **Artigo 24** - Fica eleito o foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para resolver qualquer controvérsia ou dúvida decorrente do presente Estatuto Social. **Capítulo IX. Das Disposições Finais.** **Artigo 25** - Os casos omissos ou duvidosos serão regulados pelas disposições da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1.976 e demais disposições legais aplicáveis. São Paulo, 05/08/2024.

Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2024

Data, Hora e Local: Realizada em 10 de outubro de 2024, às 10 horas, na sede da Companhia Nitro Química Brasileira ("Companhia"), na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Dr. José Artur Nova, nº 951, CEP 08090-000. **Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença da Companhia. **Convocação:** As formalidades de convocação foram dispensadas, nos termos do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), devido à presença de acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas, Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) considerando o disposto no Estatuto Social da Companhia, especialmente em seu artigo 11, alínea "xii)", a aprovação da realização de cessões de direitos creditórios de titularidade da Companhia, no montante de até **R\$ 250.000.000,00** (duzentos e cinquenta milhões de reais), para o **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Nitro Agro**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.554.551/0001-38 ("Fundo" e "Cessões de Direitos Creditórios ao Fundo", respectivamente); (ii) a autorização à Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários para a realização das Cessões de Direitos Creditórios ao Fundo, abrangendo a celebração de quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos, necessários ou convenientes para o atendimento das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando à negociação e assinatura dos instrumentos relacionados ao Fundo, bem como à realização de nova emissão de cotas do Fundo, a serem ofertadas publicamente, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor ("Emissão" e "Oferta", respectivamente), incluindo a contratação de instituições financeiras para intermediar e coordenar a Emissão e a Oferta ("Coordenadores"), bem como os demais prestadores de serviços relacionados à realização da Emissão e da Oferta e às Cessões de Direitos Creditórios ao Fundo ("Prestadores de Serviços"); (iii) a ratificação de todos os atos da Diretoria da Companhia já praticados, relacionados às deliberações acima; e (iv) a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º da Lei das Sociedades por Ações. **Deliberações:** Os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o quanto segue: (i) Aprovar a realização das Cessões de Direitos Creditórios de titularidade da Companhia, no montante de até **R\$ 250.000.000,00** (duzentos e cinquenta milhões de reais), para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Nitro Agro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.554.551/0001-38, em uma ou mais operações, durante a vigência do Fundo; (ii) Autorizar a Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, a praticar todos e quaisquer atos necessários à realização da Emissão e da Oferta e às Cessões de Direitos Creditórios ao Fundo, abrangendo a celebração de quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos, necessários ou convenientes para o atendimento das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando a: (a) contratação dos Coordenadores, bem como dos demais Prestadores de Serviços; e (b) negociação e assinatura dos instrumentos relacionados à realização da Emissão e da Oferta e às Cessões de Direitos Creditórios ao Fundo; (iii) Ratificar todos os atos da Diretoria da Companhia já praticados, relacionados às deliberações acima; e (iv) Autorizar a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º da Lei das Sociedades por Ações. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, esta assembleia geral extraordinária foi encerrada, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; e Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Acionistas:** Lucas Santos Rodas; Paulo Zucchi Rodas; Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque; Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves; Faro Capital Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégias por sua gestora, Baraúna Gestora de Recursos Ltda., representada por André Oliveira Perosa e Paulo Ciampolini e Campen Investimentos e Participações S.A., representada por André Reginato e André Oliveira Perosa. São Paulo, 10 de outubro de 2024. *Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da Companhia.* Lucas Santos Rodas – Presidente; Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves – Secretário. **Acionistas:** Lucas Santos Rodas; Paulo Zucchi Rodas; Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque; Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves; Faro Capital Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégias Por: Baraúna Gestora de Recursos Ltda. (Gestora), representada por André Oliveira Perosa e Paulo Ciampolini; Campen Investimentos e Participações S.A. Por: André Reginato e André Oliveira Perosa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 384.286/24-0 em 18/10/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 - NIRE 35.300.117.441

Convocação da Assembleia Geral Extraordinária e Especial de Preferencialistas

Convocamos os Srs. acionistas da **Movecta S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Ata da Assembleia Geral Extraordinária e Especial de Preferencialistas, a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 28/10/2024, às 10hs, de modo presencial, na Rua Guararapes, 1.909 - 9º andar - Cidade Monções São Paulo/SP, CEP: 04561-004, ou virtual por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, para deliberar e discutir a seguinte **ordem do dia:** (A) Em sede de AGE, (i) a proposta de alteração dos artigos 2º e 3º do estatuto social da Companhia, de modo a (i.1) incluir o exercício da atividade de comissão de despachos (CNAE 5250-8/0) no objeto social da Companhia e de filiais da Companhia, (i.2) incluir o exercício da atividade de transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, em âmbito municipal (CNAE 39.30-2-01) no objeto social de filial da Companhia, e (i.3) retificar o endereço de filiais da Companhia, (ii) sob condição suspensiva da ratificação da conversão das ações por titulares de mais da metade das ações preferenciais, (ii.1) a conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, (ii.2) os termos e condições do direito de resgate dado aos acionistas preferencialistas da Companhia, tendo em vista a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, (ii.3) o balanço patrimonial da Companhia, com data-base de 30/09/2024, a ser utilizado como base para o cálculo do valor de reembolso dos acionistas dissidentes, na forma do item (ii.2); (ii.4) a proposta para distribuição do saldo do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023 não distribuído, (ii.5) o grupamento das ações ordinárias da Companhia, (ii.6) a alteração do artigo 4º do estatuto social da Companhia, de modo a excluir as disposições referentes às ações preferenciais, e (ii.7) a alteração dos artigos 30 e 31 do estatuto social da Companhia, para a ajustar os termos e condições da destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, considerando a extinção das ações preferenciais; e (iii) a consolidação do estatuto social da Companhia; e (B) Em sede de Assembleia Geral Especial de Preferencialistas, a ratificação da conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias. São Paulo, 17/10/2024. **Marilena Rodrigues Vasone**, Presidente. (19, 22 e 23/04/2024)

Até Participações S.A.

CNPJ/MF nº 06.990.982/0001-92 - NIRE 35.300.316.002

Ata Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/09/2024.

Data e hora: 13 de setembro de 2024, às 10h00min; Local: Avenida Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, nº 2.705, município de Jacaré, Estado de São Paulo, CEP: 12.321.150; **Convocação e Presença:** Totalidade dos acionistas; **Composição da Mesa:** Presidente: Levon Kessadjikian, Secretário: Gilberto Fedi; **Publicações:** Os avisos aos acionistas, requeridos pelo artigo 133 da Lei n. 6404/1976, consideram-se satisfeitos tendo por base o dispositivo contido no mesmo diploma legal, parágrafo 4o. do artigo citado. **ORDEM DO DIA:** ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO): a) Aprovação dos resultados financeiros até 31 de dezembro de 2023; b) Fixar a remuneração global da Diretoria para o exercício de 2024 e 2025; c) Ratificar a discrepância verificada entre o montante da remuneração estabelecida e a efetivamente paga para o exercício findo e 6.2. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE): a) Reeleição da Diretoria para o período de 12 meses – 2024-2025. b) Consolidar o Estatuto Social em vigor. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Os senhores acionistas decidiram por unanimidade e sem quaisquer restrições: 1. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO): a) Aprovar os Resultados Financeiros apurados até 31 de dezembro de 2023; b) Fixar a remuneração global da Diretoria para o exercício de 2024 em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); c) Ratificar a discrepância verificada entre o montante da remuneração estabelecida e a efetivamente paga para o exercício findo e Neste momento, suspendem-se os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária e passa-se para a pauta da Assembleia Geral Extraordinária. 2. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE): mantido o quórum anterior, os acionistas ora representados, na forma prevista pelo Estatuto Social vigente por unanimidade e sem quaisquer restrições deliberam aprovar a reeleição para o DIRETORIA da Sociedade: a) Sr. LEVON KESSADJIKIAN; Sr. GILBERTO FEDI, e Sr. ROBERTO GALLO, verificadas as suas assinaturas no livro de presenças. **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DOS DIRETORES:** 1.1. Eleitos com as competências previstas no Estatuto Social, registro na JUCESP n. 291.110/12-3 em 11.07.2012, protocolo 0.690.870.12-7; com mandato de um ano, ainda vigente 14 de setembro de 2024 com término previsto para 13 de setembro de 2025, mandatos estes que exercerão com as competências previstas no Estatuto Social. (b) Os Senhores Diretores eleitos declararam sob as penas da lei, estarem livres e desimpedidos para o exercício de suas respectivas funções e para a prática de quaisquer atos mercantis, não tendo ocorrido em nenhum dos crimes previstos no art. 147 §§ 1º e 2º da Lei n. 6.404/76, nem havendo nada que os desabone. (c) Neste ato, os Diretores ora eleitos tomam posse, mediante assinaturas do Termo de Posse lavrado no Livro de Atas do Conselho de Administração. 2. Consolidar o Estatuto Social, com todas as alterações ora promovidas. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Jacaré, 13 de setembro de 2024. Presidente: Levon Kessadjikian, Secretário: Gilberto Fedi. **ACIONISTAS:** Kess Participações Ltda. (Levon Kessadjikian – sócio), Feditalia Participações Ltda. (Gilberto Fedi – sócio), RDR Participações Ltda. (Roberto Gallo – sócio). Eduardo Lins - Advogado - OAB/SP n. 122.319. Junta Comercial do Estado de São Paulo - Certifico o registro sob o nº 373.326/24-5 em 18/10/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/10/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

